

FALE COM A GENTE!

Editor Leopoldo Figueiredo
E-mail portomar@atribuna.com.br
Telefone 2102-7269

Appa tem novo presidente
O Governo do Paraná nomeou, nesta semana, o diretor empresarial da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (Appa), Lourenço Fregonese, como presidente do órgão. Ele já ocupava o cargo interinamente.

PORTO & MAR



Paulo Alexandre Barbosa (centro) e executivos se reuniram no final da tarde de ontem, no Paço Municipal

Terminais pedem desconto maior

Prefeitura e setor privado negociam pagamento de IPTU atrasado

FERNANDA BALBINO
DA REDAÇÃO

A Prefeitura de Santos continua as negociações para o pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) pelos terminais do Porto de Santos. A Administração Municipal elaborou uma proposta para a quitação dos tributos atrasados, mas os empresários apresentaram outra. Agora, esse pedido será avaliado e uma decisão tomada até a próxima quarta-feira, quando um projeto de lei será encaminhado à Câmara Municipal.

Quase 20 anos após o início de uma disputa judicial, o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que os terminais que utilizam áreas arrendadas do Porto de Santos devem pagar o IPTU. A partir da decisão, o prefeito Paulo Alexandre Barbosa (PSDB) começou a se reunir com executivos de entidades que representam instalações portuárias para discutir o pagamento desses débitos. A expectativa é de que eles girem em torno de R\$ 300 milhões.

A proposta da Administração Municipal, encaminhada no início desta semana aos empresários, prevê desconto para pagamentos à vista e parcelados em até 24 vezes. No primeiro caso, a redução é de 30% nos

valores relativos aos juros e 50% nas multas.

Já no pagamento a prazo, a Prefeitura oferece 15% de desconto nos juros e uma redução de 30% nas multas. Os empresários negaram a proposta da Administração Municipal.

Ontem, uma nova rodada de negociações aconteceu. Nela, representantes da Associação Brasileira de Terminais de Líquidos (ABTL), da Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados (Abtra) e da Associação Brasileira de Terminais Retroportuários e das Empresas Transportadoras de Contêineres (ABTTC) encaminharam uma alternativa ao prefeito.

Apesar de estarem presentes, representantes do Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo (Sopesp) não endossaram a proposta dos empresários, que pedem desconto de 100% em juros, multas e correção monetária.

Além disso, a proposta encaminhada pela iniciativa privada prevê que dívidas menores de R\$ 5 milhões sejam pagas em 60 dias após a promulgação da lei. Para as que ficam entre esse valor e R\$ 10 milhões, o pedido é que o pagamento seja efetuado em 180 dias. Já para os débitos superiores a R\$ 10 milhões, os empre-

sários pedem que o pagamento só seja feito em 360 dias.

As entidades também fizeram uma proposta de parcelamento do IPTU atrasado. Para os pagamentos efetuados até o final do ano que vem, o pedido é de 70% de desconto em multas, juros e correção.

Para as dívidas quitadas em até 36 meses, o pleito prevê uma redução de 50% nos mesmos encargos. Já para os pagamentos efetuados em até 60 meses, o pedido é de 30% de desconto em multas, juros e correção monetária.

ANÁLISE

O prefeito de Santos promete analisar os dados hoje. Isto porque, com o feriado da próxima terça-feira (Dia do Trabalho), o envio do projeto de lei à Câmara foi adiado. Mas, não deu sinais de aprovação da proposta.

“No ano passado, fizemos o Refis mais atrativo dos últimos anos, dando 100% de desconto nas multas e nos juros para os débitos da dívida ativa, com o sentido de estimular as empresas a quitarem os seus débitos. Não houve adesão. Nossa postura será de condições menos favoráveis ao longo do tempo”, destacou Barbosa.

Bayard apela para ‘sensibilidade do prefeito’

Para o presidente da Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados (Abtra), Bayard Umbuzeiro Filho, o pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) causará sérios impactos às empresas. Segundo ele, há riscos de demissões e até do fechamento de unidades no cais santista.

“Nós somos muito pressionados pelos clientes, que não querem o aumento dos preços, e pelos nossos colaboradores, que querem sempre ter aumento. Apelamos para a sensibilidade do prefeito, de forma que seja possível que a gente pague. Caso contrário, vamos ter que fazer muitas demissões, talvez até algumas empresas sintam necessidade de reverter suas atividades”, destacou o empresário.

Segundo o executivo, a proposta encaminhada pelas associações tende a suavizar os

PEDIDO

“Apelamos para a sensibilidade do prefeito, de forma que seja possível que a gente pague. Caso contrário, vamos ter que fazer muitas demissões”

“Perdemos, estamos conscientes disso e o que nós precisamos, agora, é de condições para poder pagar”

Bayard Umbuzeiro Filho
presidente da Abtra

impactos da medida. Diante do alto valor da dívida, estimada em R\$ 300 milhões, ele acredita que é necessário um tratamento diferenciado por parte da Administração.

Mesmo diante do impasse, o presidente da Abtra segue otimista com a análise da Prefeitura sobre a proposta encaminhada pelo empresário. “Perdemos, estamos conscientes disso e o que nós precisamos, agora, é de condições para poder pagar”.